

Breve História da Militância Petista

Lincoln Secco

Este artigo visa a oferecer um resumo da história “militante” do Partido dos Trabalhadores (PT) através das suas *formas* (partido de núcleos de base, partido de tendências, partido de políticos profissionais).

É verdade que os conteúdos dos programas também transitaram de uma linguagem mais radical a outra mais moderada obedecendo às sucessivas conjunturas da política brasileira. Mas a internalização de tais conjunturas foi filtrada pela *forma*. Por isso não se pretende aqui fazer uma análise do discurso. Não é este que gera a moderação do partido e sim as transformações estruturais internas diante do ambiente político em que ele atuou. Também não há apenas uma sucessão cronológica das formas, pois elas coabitam o partido em todas as fases de sua história.

Por se tratar de breve percurso eminentemente histórico, deixo de lado as discussões teóricas que os cientistas políticos podem fazer com mais pertinência do que os historiadores. De toda maneira, a história do PT e do Brasil recente mostra que a trajetória de um partido de massas a um partido *catch all*, profissional-eleitoral ou “partido cartel” não serve para explicar plenamente o PT.

O exaustivo estudo de Oswaldo Amaral¹ demonstrou “as dificuldades de enquadrar o PT totalmente nos modelos clássicos de partidos consagrados pela literatura. Se está mais próximo do modelo profissional-eleitoral, ainda retém

1. Vide Bibliografia ao final. Os trabalhos pioneiros sobre o PT foram os de Meneghello (1989) e Keck (1991) e, no campo da História Social, houve uma análise da formação do PT a partir de preciosos depoimentos (Berbel, 1991). Mais tarde Martínez (2007) produziu uma importante periodização da história do PT. Depois houve inúmeros trabalhos acadêmicos ou de intervenção política. Um dos muitos méritos do estudo citado de Amaral é aliar o rigor do cientista social ao não esquecimento da história e do ambiente político no qual o PT atuou.

características que permitiriam enquadrá-lo como um ‘partido de massa’ (...). Híbrido, o PT condensa características de mais de um tipo ideal de partido descrito pela literatura”.

Inicialmente, portanto, farei uma descrição da militância petista e dos simpatizantes do partido, o seu peso na estrutura interna, seus valores e formas de atuação. Em seguida, passo a uma rápida descrição da profissionalização da militância e da sustentação financeira do partido. Por fim, pretendo explicar as transformações ideológicas do PT a partir de mudanças em sua base social e concluir com a questão: o que sobrou do petismo?

Militantes e Simpatizantes

O PT foi um partido de tendências. Elas foram aceitas como órgãos oficiais do partido, embora tivesse havido longa discussão partidária sobre sua regulamentação nos primeiros dez anos. Atualmente, elas ainda existem, mas não têm mais o peso ideológico que tinham no passado. Optei aqui por não tratar delas e focalizar as formas assumidas pelo partido como um todo e as mudanças de outras estruturas e práticas internas mais importantes, embora menos visíveis do que as tendências, tais como os núcleos, os militantes e os processos de escolha das direções partidárias.

Com o PT no Brasil, ampliou-se a massa de “simpatizantes” de esquerda, ou seja, aquilo que no Partido Comunista e demais organizações de extrema esquerda eram os colaboradores e *compagnons de route*. Mas como as organizações eram geralmente clandestinas, não havia como contar com precisão os “filiados”. Num partido que já nasceu legalizado como o PT, logo se estabeleceu a diferença entre o simpatizante e o militante.

As pesquisas de preferência partidária medem parte dos simpatizantes, já que o eleitorado é sempre mais amplo, muitas vezes optando por um candidato do PT, mas sem necessariamente demonstrar simpatia pelo partido. O eleitor pode ser evidentemente contado. Mas a figura do simpatizante petista seria a da sua base eleitoral mais permanente, mensurada, por exemplo, por sua concentração regional. É o caso de alguns bairros da periferia leste da cidade de São Paulo, onde o PT apresenta uma constante adesão desde as primeiras eleições municipais em 1988.

O simpatizante podia ou não ser filiado. Ele até podia ser membro inativo de um núcleo de base e restringir sua participação aos encontros para escolha de delegados. Em primeiro lugar, sua atuação se dava na “reta

final” das campanhas eleitorais. As pessoas procuravam voluntariamente alguma sede do partido para apanhar gratuitamente ou eventualmente comprar material de propaganda (panfletos, santinhos,² jornais, boletins, broches,³ estrelinhas,⁴ adesivos, faixas, camisetas etc).

O segundo momento da participação do simpatizante se dava na “boca de urna”. A pessoa se dirigia voluntariamente às imediações dos locais de votação e distribuía o material de propaganda partidária. Embora isso fosse proibido num raio de cem metros dos locais de votação, a regra era burlada. Nesse caso, quando alguém era preso por crime eleitoral, o PT disponibilizava rapidamente seus advogados, que ficavam em plantão no dia da eleição.

O terceiro momento de participação do simpatizante era a apuração. A votação no Brasil não era eletrônica como atualmente. O simpatizante do PT se dirigia às centrais de apuração manual dos votos, inscrevia-se como fiscal do Partido e vigiava a contagem dos votos para evitar fraudes.

O quarto momento de participação do simpatizante era a festa da vitória. Quando o PT ganhava as eleições havia grandes concentrações espontâneas nas ruas (na cidade de São Paulo, por exemplo, na Avenida Paulista).

O militante era diferente do simpatizante em função da sua participação mais rotineira nas atividades do partido. Era em geral filiado ao partido, comprometido com a participação ativa em alguma instância partidária (núcleos de base, diretórios zonais ou municipais) ou participava de sindicatos, associações de moradores ou movimentos sociais nos quais o PT desejava ter influência.

Não havia uma contagem rigorosa dos militantes. Nos primeiros anos podia-se medir a participação nos núcleos de base, mas ao longo dos anos eles foram perdendo sua influência e funções originais. É possível pesquisar o número de participantes nos encontros de base (zonais e municipais), os quais serviam para eleger delegados aos encontros estaduais e ao nacional. Mas mesmo neste caso, com o passar dos anos, havia a participação de pessoas que eram ideologicamente comprometidas com o partido, mas não eram mais militantes e sua única participação restringia-se a comparecer ao encontro de base para eleger os delegados.

O grau de militância no PT foi altamente significativo nos seus primeiros dez anos. Em 1982 eram 13% os filiados ao partido inscritos em núcleos de base. E este número oscilou em torno de 10% nos anos seguintes. Um índice ainda que inseguro é o de participação na votação interna de 1984,

2. Panfleto com o rosto do candidato.

3. *Bótons* específicos da campanha.

4. *Bóton* na forma de estrela, em geral vermelha, a qual simboliza o partido.

quando o partido resolveu que não apoiaria a eleição indireta na Câmara dos Deputados para eleger o futuro presidente do Brasil, Tancredo Neves. Houve enorme mobilização e discussão interna. Porém, menos de 10% dos filiados votou.

Em 1993, a direção petista calculava em 17% a taxa de militância, mas não se sabe como se chegou a este número. O mais seguro é que uma taxa bem menor tenha sido o eixo em torno do qual oscilou a militância até mais ou menos 1992. Basta usarmos critérios mais rígidos como o comparecimento habitual às reuniões na base do partido. Ainda que tivesse oscilado em torno de 5%, trata-se de um número expressivo num país com baixo nível de associativismo como o Brasil. Esta era a militância orgânica, segundo o jargão da própria esquerda.

Isso não significa que os simpatizantes não fossem importantes e muito menos que fossem descompromissados ideologicamente. Todavia, seu nível de informação acerca dos debates internos e das tendências era bem menor.

Um núcleo de base do PT funcionava com nove pessoas. Mas havia um número duas ou três vezes maior de filiados que compareciam em época de distribuição de material de campanha, festas de arrecadação de finanças e discussão de chapas ao diretório superior (zonal ou municipal).

As Transformações Internas

Se levarmos em consideração que o número de filiados ao PT e a preferência dos eleitores pela legenda cresceu durante a segunda metade dos anos 1990 e que a militância orgânica se profissionalizou, podemos aventar a hipótese de que não foi uma mudança de discurso do partido que afastou os militantes voluntários. Na verdade foram mudanças no funcionamento interno: desde o crescimento das oportunidades de carreira e emprego até fatores políticos (como o predomínio de valores neoliberais nos anos 1990). Depois de 1992, a maior parte das pessoas que se envolviam em panfletagens, bandeiraços,⁵ carreatas etc., era de profissionais contratados.

O Processo de Eleição Direta (PED) foi instituído no PT pelo II Congresso, mas só foi regulamentado em 2001. Antes o presidente do PT era escolhido indiretamente por delegados eleitos na base. A forma como o PED foi implementado manteve e ampliou os vícios da democracia eleitoral “burguesa” no interior do partido, embora não necessariamente devesse ser assim. O PED podia ter sido adotado com rígidos mecanismos de controle do abuso de poder dos parlamentares.

5. Pessoas que ficam nos cruzamentos de grandes avenidas segurando bandeiras do partido durante o dia ou que saem em grupo pelas ruas agitando as bandeiras.

Para atenuar os processos de filiação em massa antes de cada PED, a Comissão Executiva Nacional criou as plenárias de confirmação de filiação que deveriam ocorrer no mínimo trimestralmente. Nelas, a pauta seria a história e concepção do PT e os direitos e deveres partidários.

Tais plenárias de confirmação de filiação, ditas “batismo” no jargão petista, ocorrem trimestralmente apenas na imaginação dos dirigentes. Tome-se o exemplo de um Diretório Zonal da principal cidade do Brasil (São Paulo). No bairro do Butantã, de um total de cento e cinquenta filiações feitas pouco antes do PED 2013 por assessores de dois parlamentares, cerca de 20% apareceram para o “batismo”. Durante as visitas de militantes aos recém-filiados, houve relatos de indignação com o PT quando sabiam da quitação de sua contribuição financeira feita por esses mesmos parlamentares que abonaram suas filiações.⁶

O PED tem sido usado como o “bode expiatório” pelas esquerdas petistas com o fito de esconder a falta de propostas alternativas. O uso de transporte privado e ilegal de filiados e o pagamento de suas cotizações têm sido prática corrente muito antes do PED. As próprias tendências de esquerda se organizaram muito mais em função de lideranças parlamentares (quando as tinham). Correntes trotskistas sempre deslocaram militantes para áreas periféricas, onde não tinham militantes originalmente, e usavam vários automóveis próprios para buscar filiados em suas casas nos dias de eleições do diretório zonal ou municipal.

A predominância parlamentar e a deformação dos núcleos de base como instâncias de discussão partidária não tiveram origem no PED. Muito antes, permitiu-se que parlamentares inflassem os núcleos de base (os quais chegavam a ter até centenas de filiados) e com isso impedissem qualquer possibilidade de discussão e formação política de que eles – núcleos de base – eram portadores originalmente.

Na verdade, o PED poderia propiciar até *mais* debate do que antes, pois obriga os candidatos a se confrontar nos meios de comunicação. Na verdade, fora dos núcleos de base o debate sempre deixou de ser o da militância orgânica e passou para os filiados em geral, perdendo, com isso, intensidade ideológica. Mas isso também não é um produto do PED. Ele apenas ampliou as dimensões de um debate menos programático.

Ora, mesmo no âmbito das tendências partidárias quase não existe mais discussão, pois elas mimetizam o partido e este o “Estado burguês”. Elas também são dirigidas por longevas lideranças dotadas de um pequeno

6. Omito, por razões óbvias, o nome dos parlamentares envolvidos e dos militantes que receberam as informações.

carisma junto aos segmentos de eleitores que lhes são fiéis.⁷ Os principais líderes de tendências de esquerda em níveis municipal, estadual e federal são os mesmos há vinte anos ou mais.

Além disso, o PED não foi responsável pela moderação do partido. Em 2005, o “socialismo” voltou com muita ênfase quando o PT perdeu o “monopólio” do discurso da ética na política que tivera pelos dez anos anteriores. Naquele ano seus dirigentes históricos foram acusados de corrupção e sofreram vasta campanha de mídia que se estendeu até 2013 pelo menos, quando foram presos. Embora parte da esquerda partidária tivesse saído do PT, aquela que restou teve amplo apoio e disputou um segundo turno com o candidato do Campo Majoritário ligado ao Presidente Lula.

O conteúdo programático do partido é moderado por outras razões. Em primeiro lugar, não se pode negar que dentro dos limites objetivos da estrutura de um partido de poder, com muitos profissionais, núcleos domesticados e direção envelhecida nos cargos, houve margem para escolhas “subjetivas”, que foram também responsáveis pelo direcionamento do PT rumo ao centro, ainda que a consulta às bases tenha continuado importante.

A profissionalização dos militantes evidentemente deu-lhes maior poder de informação, uma vivência diária junto às estruturas do partido, mas também maior dependência de seus chefes. Obviamente, muitos dos não profissionalizados afastam-se diante dessa situação. No último PED de 2013, num Diretório Zonal paulistano, um mesário⁸ saiu para almoçar. O ritmo de votação estava lentíssimo. Quando ele retornou mais de trezentas pessoas haviam supostamente votado! As assinaturas eram grosseiramente falsificadas. Acontece que muitos mesários são funcionários de parlamentares e precisam garantir um número de votos mínimo para as suas chapas de delegados, caso contrário eles perdem o emprego.

É possível que se verifique a hipótese de que o filiado se aproxima do PT por uma identificação ideológica (embora muitos por oportunidade de emprego), mas em ambos os casos sua participação é vedada implicitamente pelo esvaziamento da participação interna, a qual se restringe ao dia das eleições (PED). O PT mimetiza a democracia representativa baseada na apatia do eleitor, embora seja ainda o mais democrático dos partidos brasileiros.

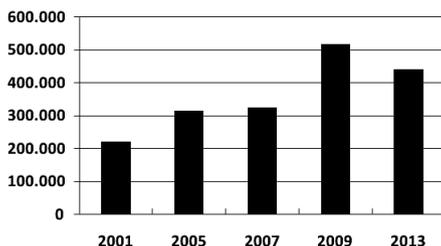
7. Seria importante pesquisar o quanto as tendências internas que no PT são organizadas, permanentes e reconhecidas pela direção, também não contribuíram para diminuir o poder dos núcleos de base ao criar estruturas paralelas de formação política e decisão.

8. Trata-se do representante da comissão eleitoral que fica à mesa para controlar a identidade dos votantes.

Praticamente, o partido não usa mecanismos de democracia direta. Raro exemplo foi o plebiscito interno em 1993 quando os filiados foram chamados a decidir se o partido apoiaria o parlamentarismo ou o presidencialismo no Brasil. Parte da cúpula do PT (incluindo oficialmente Lula) apoiava o parlamentarismo, mas os militantes decidiram o contrário.

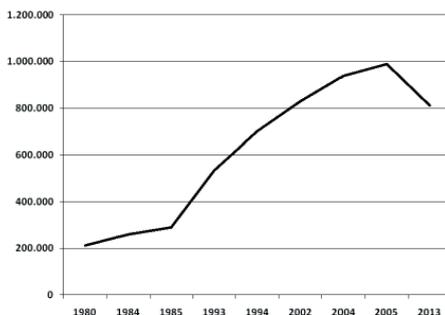
As pesquisas sobre *preferência dos eleitores pelo PT mostram que esta aumentou relativamente mais no período 1998–2002 do que durante os governos do presidente Lula*, o que mostra que o apoio ao PT não foi resultado preponderante de seu governo, mas de sua oposição e, especialmente, de sua condição de alternativa de poder. Entre 1998 e 2002, quando o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) enfrentou uma nova crise econômica, a simpatia geral pelo PT teve uma forte inclinação ascendente. O número de filiados também teve aumento expressivo no período 1994–2004, embora a inclinação mais importante da curva tenha ocorrido dez anos antes.

Votantes



É claro que dados oficiais do TSE mostram que o PT atingiu quase um milhão e meio de filiados em 2013. Mas o próprio PT, por ocasião do V PED, considerou aptos a votar cerca de 810 mil filiados (mais da metade compareceram). Por isso é mais seguro usar os dados dos habilitados à votação no PED ou simplesmente restringir a militância aos que comparecem à votação.

Filiados ao PT 1980-2013
Fonte: Boletim Nacional, SORG e TSE



Finanças

Todo filiado também precisaria estar em dia com suas contribuições financeiras mensais. Para contornar a dificuldade, as várias tendências partidárias aceitaram uma contribuição anual única que em 2013 foi de dez reais para quem recebe até três salários mínimos.⁹ Na prática, os capas-pretas¹⁰ locais fazem uma contribuição única de um montante equivalente a uma lista de eleitores, de modo que estes apenas comparecem ao local de votação e sua contribuição já está paga. Teoricamente, eles pagaram antes para o capa-preta.

É diferente a contribuição dos filiados que ocupam cargos eletivos ou de confiança por indicação de petistas eleitos. O estatuto do PT diz, em seu artigo 184, que “filiados e filiadas ocupantes de cargos comissionados, eletivos, dirigentes partidários ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao Partido, correspondente a um percentual do total líquido da respectiva remuneração mensal, conforme tabela” definida pela secretaria de finanças nacional.

Mas o fenômeno do caciquismo reflete-se no âmbito parlamentar. O parágrafo terceiro do mesmo artigo diz que o “filiado ou filiada parlamentar (...) ficará responsável pela arrecadação mensal das obrigações estatutárias de seus assessores e cargos de confiança ocupados por filiados e filiadas, assegurando o valor mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do total das verbas recebidas para a lotação do gabinete”.

É que cada parlamentar tem uma verba extra, chamada “verba de gabinete” através da qual ele efetua o pagamento de gastos correntes do mandato e o salário de seus assessores. Como a direção sabe que muitos desses assessores se recusam a pagar sua contribuição mensal ao PT ou tentam burlá-la, criou-se o expediente de uma moderna derrama.¹¹ O parlamentar petista é obrigado a arrecadar ele mesmo parte do salário de seus funcionários para garantir um percentual mínimo de contribuição ao partido.

9. O salário mínimo em 2013 foi de 678 reais mensais ou cerca de 214 euros.

10. No jargão interno do PT, o capa-preta corresponde ao cacique, ao chefe local partidário que controla certo número de eleitores. Também o termo serve para designar os detentores de poder maior, responsáveis pelas grandes decisões nacionais. O antípoda do capa-preta na história do PT seria o “bagrinho”, um militante sem influência.

11. Dispositivo que coagia os “homens bons” da colônia a garantir um montante mínimo de impostos pagos a El Rei de Portugal. O Rei cobrava o quinto do ouro fundido. Mas como muitas pessoas ocultavam seus metais preciosos, a Coroa portuguesa determinou uma arrecadação mínima. Caso esta não fosse atingida seria feita a derrama, ou seja, a extração forçada de bens e recursos nas próprias casas dos contribuintes.

Profissionalização

1992 é o ano da última campanha de massas da história do Brasil (antes de 2013). A partir dali, o PT torna-se o partido de oposição parlamentar mais importante no país e a profissionalização de sua militância cresce através dos cargos derivados do seu crescimento nas instituições de Estado. O partido conquista governos estaduais e cadeiras no Senado, mas é marcante seu crescimento em número de vereadores, deputados estaduais, prefeitos e deputados federais. Em 1990, o PT tinha 36 deputados federais; em 2002, eram 91. Entre 1992 e 2000, o número de prefeitos passou de 54 a 409!

A bancada federal se estabilizou a partir da vitória de Lula em 2002, mas o número de prefeitos continuou a crescer bastante. A explicação é que a presença de um partido no governo federal é muito atraente para as forças políticas municipais, em busca de recursos para si. Assim, muitos prefeitos ou candidatos competitivos mudaram-se para o PT – bem como para partidos da base aliada.

Transformações Ideológicas e Mobilização de Massas

Em 1982, o PT foi derrotado nas suas primeiras eleições e entrou numa séria crise política. Mas após sua participação na maior campanha de massas da História do Brasil, o movimento “Diretas Já!” em 1984, o partido tornou-se a principal oposição social no país, congregando milhares de militantes de movimentos sociais e sindicatos, cujos efetivos também cresceram. O índice de participação militante e de lutas sociais foi grande entre 1980 e 1989. O total anual de horas paradas neste decênio foi seguramente também o maior da história brasileira, conforme levantamentos do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

Entre 1983 (fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT) e 1992 (ano do impeachment de Collor) o Brasil registrou 8.588 greves. De 1993 a 2002, quando Lula foi eleito, este número caiu para 6.226 greves. As greves foram em número ainda menor durante os dois mandatos de Lula e o início do Governo Dilma (2003-2012): 4.379 greves. Mas o ano de 2012 registrou 873 greves, o maior índice anual desde 1996. O número de horas paradas segue mais ou menos a mesma curva do número anual de greves.

O ano de 1989 foi o da campanha eleitoral da Frente Brasil Popular, capitaneada pelo PT. Lula passou ao segundo turno, mas foi derrotado pelo candidato diretista Fernando Collor de Mello. Embora o Brasil

tenha vivido mobilizações de massas em 1992 pelo *impeachment* de Collor, aquilo foi um prolongamento tardio dos anos 1980. Na segunda metade dos anos 1990, o volume de greves caiu. As motivações dos conflitos laborais foram mais em defesa de direitos adquiridos do que pela conquista de novos. E as manifestações populares refluíram.

As mudanças no mundo do trabalho feriram a espinha dorsal do sindicalismo petista. Duas categorias importantes diminuíram em número de trabalhadores: bancários de São Paulo e Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP). Os servidores públicos, outra categoria com elevado grau de militância nas áreas de atuação de petistas, também diminuíram sua mobilização por causa do avanço da ideologia neoliberal entre os administradores públicos. As novas tecnologias de automação produtiva, a terceirização (tanto em empresas privadas quanto públicas e na administração direta), o deslocamento e a fragmentação de plantas fabris, o aumento do desemprego e a queda dos salários contribuíram para o esvaziamento militante nos movimentos sociais e partidos de esquerda.

Ressalte-se que a dimensão festiva das greves e dos encontros partidários perdeu espaço. A esquerda tinha maior capacidade de quebrar a rotina do trabalho e introduzir um caráter lúdico no seu cotidiano. Os comícios petistas eram festas populares com livros, música popular brasileira e, principalmente, discursos. Porém, isso mudou, já que o capitalismo, diante da redução da jornada de trabalho e do aumento da produtividade, se tornou mais sagaz no controle do tempo livre do trabalhador. O “tempo livre” foi absorvido pelo *shopping center* real ou virtual mediante apetrechos eletrônicos dos quais as pessoas não se separam. Os comícios foram substituídos pelo “showmício” nos quais em primeiro lugar aparecem cantores da moda, seguidos de sorteios de automóveis e casas, entremeados por um rápido discurso de algum político profissional.

No caso do PT é importante também destacar a diminuição da militância da Igreja progressista, em geral nos meios católicos. O catolicismo popular expresso nas comunidades eclesiais de base e identificado com as teses do Concílio Vaticano II e com os teólogos da libertação refluíram nos anos 1990 e cedeu espaço a igrejas neopentecostais. Isto também se deveu à virada conservadora do papado de João Paulo II e seus reflexos no Brasil, como na divisão da arquidiocese de São Paulo, onde muitos padres de esquerda atuavam sob a autoridade do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns.

A concorrência dos evangélicos também se acentuou e erodiu parte do discurso da esquerda católica. A nova liturgia espetacular com músicas dançantes e a solução individual e mágica para problemas sociais transformaram a leitura da Bíblia num repertório de citações para a justificação de comportamentos econômicos e políticos direcionados por novas igrejas. O percentual de evangélicos no Brasil era de 5,2% em 1970 e chegou a 25% em 2010.

O cotidiano da política mudou. Nem as ruas e praças são espaços públicos como o foram até os anos oitenta. Ao perder militantes, os grandes sindicatos compensaram aquela perda usando seus recursos financeiros para contratar ativistas e inserir propagandas em rádio, TV ou jornal. As igrejas neopentecostais transformaram cultos em momentos de compra e venda de mercadorias anunciadas no próprio templo. Mas os evangélicos não são mais “alienados” do que ateus ou membros de outras religiões. Se uma parte dos fiéis pode seguir o pastor, uma maioria certamente se define por convicções formadas em vários espaços de sociabilidade como a vizinhança, os parentes mais informados e também as igrejas. Muitas pessoas na periferia frequentam mais de uma ao mesmo tempo.

Características do Petismo

Poderíamos elencar as características petistas ao longo de sua história:

1. O *basismo* foi uma clara influência das comunidades eclesiais de base e dos movimentos sociais que se organizaram na segunda metade dos anos 1970. Ele declinou juntamente com a perda progressiva do poder dos núcleos de base.
2. O *obreirismo* existiu nos partidos comunistas, mas no PT ele foi produto especialmente do discurso sindicalista. Ele desapareceu com a massificação do partido e a perda de influência do operariado. Mas o *sindicalismo* sobreviveu no aspecto pragmático e negocial que o PT assumiu. Além disso, as máquinas sindicais contribuíram para a reprodução de parlamentares, apoiando-os materialmente nas eleições.
3. *Discurso religioso*: o PT teve forte influência da Teologia da Libertação e seus núcleos de base mimetizavam as comissões eclesiais de base da Igreja Católica. A “ética na política” foi fortemente influenciada pela religiosidade.
4. A *Cultura anticapitalista* era disseminada no partido, mas jamais foi filtrada pelas camadas dirigentes e declinou diante do discurso pragmático. O PT declarou-se socialista e democrático, mas sempre de forma indefinida e genérica.

5. O *programa democrático-popular*: definido com mais rigor em 1987, tratava-se de uma alteração profunda das estruturas do Estado e da economia ainda dentro da ordem capitalista. Parte pequena dele foi realizada nos governos de Lula, mas amainada pelas conveniências da ordem.
6. O *lulismo*, baseado no carisma do líder e numa política de conciliação de classes. Esta política consiste em avanços sociais dentro da ordem e manutenção de altos lucros para os capitalistas. O lulismo procura evitar qualquer conflito político.
7. O *modo petista de governar* foi tardio no petismo porque o partido só adquiriu uma rede de municípios nos anos 1990. Ele significou a inversão real de prioridades, em alguns casos parando grandes obras viárias e investindo em saúde e educação.
8. *Participação popular*: o PT inicialmente defendia os *conselhos populares* que teriam papel direto na gestão de recursos públicos nas administrações municipais ganhas pelo partido. Mais tarde, a ideia dos conselhos populares foi abandonada pela proposta do *orçamento participativo*, que tentava resguardar uma parte, ainda que pequena, do orçamento municipal para as decisões comunitárias. As *plenárias do governo Lula* já foram um terceiro momento em que as reuniões eram meramente consultivas, embora fizessem propostas de políticas públicas que por vezes eram adotadas pelo governo federal.

Seria difícil dizer em que grau as características acima predominaram, mas decerto cada fase do PT obedeceu mais a uma forma através da qual essas peculiaridades coabitaram do que a uma evolução cronológica.

Através do discurso petista poderíamos falar num partido radical (ou socialista) nos seus primeiros dez anos; num partido “ético” no decênio seguinte; e num partido de poder (ou pragmático) a partir de 2002. Mas em cada fase as características outrora dominantes persistiram como um rio subterrâneo. O partido de massas se manteve vivo no PT. Trata-se do “pecado original” de um partido que, malgrado as posições que seus dirigentes assumiram depois, nasceu de baixo para cima.

Fontes Primárias:

(SORG) Secretaria de Organização do PT

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socio-econômicos

Referências Bibliográficas

Amaral, Oswaldo. As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2010.

Berbel, Marcia. Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira. São Paulo: FFLCH – USP, dissertação de mestrado, 1991.

Keck, Margareth. *A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

Martinez, Paulo. H. “O Partido dos Trabalhadores e a Conquista do Estado”, in: Reis, D. A. e Ridenti, M. (Orgs). *História do Marxismo no Brasil*, vol. 6, 2007.

Meneghello, R. *PT: a formação de um partido: 1972-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Secco, L. *História do PT*. São Paulo: Ateliê, 2011.

_____. “O Lulismo e o Petismo”, in: Tible, Jean (Org), 2013. Inédito. (Livro que será distribuído aos delegados do V Congresso do PT)